



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

ESCREVIVÊNCIAS COM O CORPO-TERRITÓRIO NEGRO: UMA CARTOGRAFIA COM PROFESSORES DE BIOLOGIA

“ESCREVIVÊNCIAS” CON EL CUERPO-TERRITORIO NEGRO: UNA
CARTOGRAFÍA CON PROFESORES DE BIOLOGÍA

“ESCREVIVÊNCIAS” WITH THE BLACK BODY-TERRITORY: A CARTOGRAPHY
WITH BIOLOGY TEACHERS

Maria de Lourdes Santos Pinto Neri
Rede Estadual da Bahia (SEC-BA)
mallupinto@gmail.com

Alessandra Alexandre Freixo
Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)
aafreixo@uefs.br

Resumo: Este artigo versa sobre um excerto da dissertação de mestrado da primeira autora, que se debruça sobre os processos de produção de escrevivências, buscando mapear as subjetividades de docentes de Biologia na produção de seus corpos-territórios negros. A pesquisa se inscreve na perspectiva das pesquisas pós-críticas em educação, se inspirando na cartografia deleuziana, em diálogo com as escrevivências de Conceição Evaristo, no sentido de produzir com os cartógrafos uma narrativa e uma escrita de si. Os participantes dessa pesquisa foram docentes da educação básica, autodeclarados negros e egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do interior do estado da Bahia. A pesquisa-intervenção se caracterizou por encontros virtuais, que ocorreram na plataforma Google Meet, que denominamos “Encontros Cartográficos”. Nestes encontros, os debates foram iniciados a partir de questões mobilizadoras, que eram apresentadas aos participantes. A partir dos mapeamentos realizados no primeiro encontro cartográfico, que foi o recorte deste artigo, foi possível socializar as experiências que os docentes vivenciaram em diferentes fases da vida e que contribuíram (ou não) para o sentimento de pertencimento étnico-racial. A partir dos encontros foi possível cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, refletir sobre o colorismo, a identidade racial, entre outros processos que interferem no reconhecimento racial e refletem no racismo que atravessa a população negra brasileira.

Palavras-chave: Subjetividade Negra. Pertencimento Étnico-racial. Racismo.

Resumen: Este artículo trata sobre un extracto de la tesis de maestría de la primera autora, que se centra en los procesos de escritura, buscando mapear las subjetividades de los profesores de



Biología en la producción de sus cuerpos-territorios negros. La investigación se inscribe en la perspectiva de la investigación poscrítica en educación, inspirándose en la cartografía deleuziana, en diálogo con los escritos de Conceição Evaristo, para producir con los cartógrafos una narrativa y una escritura de sí. Los participantes de esta investigación fueron profesores de educación básica, autodeclarados negros y egresados de la Licenciatura en Ciencias Biológicas de una universidad pública del interior del estado de Bahía. La investigación de intervención se caracterizó por reuniones virtuales, que se llevaron a cabo en la plataforma Google Meet, a las que denominamos “Reuniones Cartográficas”. En estos encuentros se iniciaron debates a partir de preguntas movilizadoras, que fueron presentadas a los participantes. A partir del mapeo realizado en el primer encuentro cartográfico, tema central de este artículo, fue posible socializar las experiencias que tuvieron los docentes en diferentes etapas de su vida y que contribuyeron (o no) al sentimiento de pertenencia étnico-racial. A partir de los encuentros, fue posible mapear los escritos de los profesores negros cuerpo-territorio y de Biología, reflexionar sobre el colorismo, la identidad racial, entre otros procesos que interfieren en el reconocimiento racial y reflexionar sobre el racismo que permea a la población negra brasileña.

Palabras clave: Subjetividad negra. Pertenencia étnico-racial. Racismo.

Abstract: This article is about an excerpt from the first author's master's thesis, which focuses on the processes of writing writing, seeking to map the subjectivities of Biology teachers in the production of their black bodies-territories. The research is part of the perspective of post-critical research in education, drawing inspiration from Deleuzian cartography, in dialogue with the writings of Conceição Evaristo, in order to produce with the cartographers a narrative and a writing of oneself. The participants in this research were basic education teachers, self-declared black and graduates of the Biological Sciences Degree course at a public university in the interior of the state of Bahia. The intervention research was characterized by virtual meetings, which took place on the Google Meet platform, which we called “Cartographic Meetings”. In these meetings, debates were initiated based on mobilizing questions, which were presented to the participants. Based on the mapping carried out in the first cartographic meeting, which was the focus of this article, it was possible to socialize the experiences that the teachers had at different stages of their lives and which contributed (or not) to the feeling of ethnic-racial belonging. From the meetings, it was possible to map the writings of the black body-territory and Biology teachers, reflect on colorism, racial identity, among other processes that interfere with racial recognition and reflect on the racism that permeates the black Brazilian population.

Keywords: Black Subjectivity. Ethnic-racial belonging. Racism.

Introdução

Este artigo se debruça sobre os processos de produção de escrituras em torno do corpo-território negro de docentes de Biologia. Nossa escrita parte de narrativas de docentes, egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. O projeto curricular do referido curso (UEFS, 2018) tem sofrido recentes adequações curriculares, de modo a atender demandas atuais para a formação docente, com a inserção de debates em torno da Educação para as Relações Étnico-Raciais, temas considerados essenciais para a atuação docente na educação básica, transversalizando a temática no campo das Ciências da Natureza (OLIVEIRA JR.,



2021; MOURA; VERRANGIA, 2024; SILVA; ARAÚJO, 2023; BARBARA; SILVERIO; MOTOKANE, 2022; SANTOS; PRUDÊNCIO, 2023).

Em que pesem as recentes adequações curriculares ocorridas no referido curso de licenciatura, os participantes desta pesquisa tiveram, ao longo do seu percurso formativo, escassos momentos de reflexão em torno da questão étnico-racial. Entretanto, podemos destacar uma vivência significativa em uma disciplina de estágio supervisionado, na qual os docentes relatam ter sido apresentados a um tema considerado novidade para boa parte deles: o racismo científico. Segundo Sepulveda, Fadigas e Sánchez-Arteaga (2022), o racismo científico se caracteriza como os discursos e práticas científicas que, ao longo do desenvolvimento do conceito de raça, foram empregados para promover discriminação de grupos humanos. Foi neste contexto de estágio, segundo relatos dos participantes da pesquisa, que emergiu a trajetória, até então invisibilizada, de Sarah Baartman (1789-1815).

Baartman, também conhecida como Sarah ou Saartjie, foi uma mulher sul-africana, pertencente à etnia Khoisan¹. Nascida em 1789, foi, no início do século XIX, exibida publicamente como um animal selvagem em freak shows e “espetáculos” científicos europeus (DAMASCENO, 2008). Segundo Paiva et al. (2016), os freak shows, ou show de horrores, eram apresentações comuns na Europa, nas quais eram exibidos os seres considerados como aberrações e atraíam a atenção de grandes públicos. Em 1810, aos 21 anos, Sarah foi levada para Londres pelo cirurgião inglês Willian Dunlop, onde iniciou uma série de espetáculos circenses e lá recebeu a denominação que a tornou famosa em todo o mundo: Vênus Hotentote (DAMASCENO, 2008). O termo “Hotentote” era sinônimo de bestialidade e “Vênus” tinha uma conotação lasciva (PAIVA et al., 2016 p. 6).

A trajetória invisibilizada desta mulher negra tem se mostrado significativa nesta experiência formativa de estágio, de modo que, a partir dela, nos lançamos à produção de escrituras, tocadas pela experiência de ver descortinar-se o modo como a Ciência europeia animalizava e se apropriava dos corpos negros. É este o atravessamento inicial desta pesquisa, que se propõe a investigar as produções de corpos-territórios negros docentes em Biologia.

Ao longo da pesquisa, nos amparamos nas teorizações de Miranda (2014), para quem a perspectiva da categoria corpo-território

propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega

¹ Khoi-San ou Khoisan é uma etnia do sul da África. Por dezenas de milhares de anos, os Khoisan foram a maior população do planeta.



consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias (MIRANDA, 2014, p. 69-70).

Este foi o principal afeto que nos levou a adentrar no vasto campo da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), buscando investigar as seguintes questões, como recorte para este artigo: como se constituem as subjetividades desses docentes negros? Como se produzem, em suas escrevivências, seus corpos-territórios negros?

Para responder a estas questões, tomamos como objetivos: mapear como os docentes produzem suas subjetividades negras e cartografar as escrevivências do corpo-território negro e docente de Biologia, bem como as tensões provocadas pela temática do racismo, a fim de traçar caminhos para uma educação antirracista.

Metodologia

A presente pesquisa se inscreve na perspectiva das pesquisas pós-críticas em educação. As pesquisas pós-críticas apresentam como uma de suas principais características a utilização de uma metodologia que foge dos padrões convencionais. Segundo Meyer e Paraíso (2014), as pesquisas pós-críticas apresentam uma metodologia que é construída no processo de investigação, de acordo com as necessidades colocadas pelo objeto de pesquisa e pelas perguntas formuladas. Orientando-se por esta abordagem pós-crítica, utilizamos como suporte metodológico a perspectiva cartográfica de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), enquanto método de pesquisa, associada às escrevivências de Conceição Evaristo (2020).

A cartografia, como método de pesquisa-intervenção, pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17). O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional do método de pesquisa, deixando de ser um caminhar para alcançar metas pré-estabelecidas e passando a ter como prioridade o caminhar que traça durante o percurso, suas metas (PASSOS; BARROS, 2009).

A escolha da associação da cartografia com as escrevivências – uma Cartografia Escrevivente – pauta-se na necessidade de uma posicionalidade engajada das pesquisadoras, no sentido de produzir com os cartógrafos, colegas de profissão neste trabalho, uma narrativa e uma escrita de si. Assim, segundo Gastaldo (2014, p.12):



a posicionalidade do/a pesquisador/a é ferramenta primordial para a interpretação do que ocorre no campo e para a criação de uma narrativa que, longe de ser neutra, é rigorosa e engajada, permitindo propor maneiras alternativas de ver e pensar fenômenos.

Em nossas buscas por fundamentação de nossos percursos, deparamo-nos com os trabalhos das pesquisadoras Rita de Cassia Camisolão (2020) e Grasiela Oliveira Neto da Rosa (2021), que desenvolveram em seus trabalhos a associação da cartografia com a escrevivência enquanto metodologia. Segundo Rosa (2021), as duas metodologias dialogam, se completam e apresentam possibilidades concretas de olhar para os territórios que habitamos e que queremos transformar. Camisolão (2020) afirma que a cartografia e a escrevivência são métodos que apresentam em si mesmos elementos constitutivos da hospitalidade.

A priori, nossa intenção era acompanhar percursos e processos de produção de sentidos a respeito do racismo científico, partindo das escrevivências dos participantes da pesquisa, portanto, precisávamos de pessoas para juntos construirmos uma Cartografia Escreviente, afinal, a escrita escreviente extrapola os campos de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado, é uma reflexão atravessada por uma coletividade (EVARISTO, 2020).

Diante do exposto, buscamos por docentes da educação básica, autodeclarados negros e egressos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do interior do estado da Bahia. Tal escolha se deu a partir da ideia de convidar colegas do referido curso para pensar a partir das nossas experiências sobre as questões que perpassam a temática das relações étnico-raciais.

Para iniciar a etapa intervencionista da nossa Cartografia Escreviente, fizemos um convite aos possíveis participantes da pesquisa, aqueles que se enquadravam no perfil que buscávamos: que estivessem atuando na educação básica e se reconhecessem como negros. Estes foram solicitados a informar sua autodeclaração, como critério de inclusão no grupo de participantes, o que nos gerou a necessidade de mapear as subjetividades negras, antes de iniciar a etapa da intervenção. Este mapeamento inicial foi realizado por meio conversas informais de texto, pelo WhatsApp, com os possíveis participantes e, posteriormente, transcritas, com a autorização dos informantes. Reflexões sobre o processo de mapeamento das subjetividades negras se encontram no primeiro tópico dos resultados.

Após o mapeamento dos participantes quanto à sua autodeclaração (suas subjetividades negras), chegamos a um grupo com dez cartógrafos, sendo seis



mulheres e quatro homens, aqueles que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Dessas pessoas, cinco se autodeclararam como pretas, uma se autodeclara como negra, duas se autodeclaram como pardas e duas se autodeclaram como negra-parda.

A etapa intervencionista da pesquisa se caracterizou por encontros virtuais que ocorreram na plataforma Google Meet, que denominamos de “Encontros Cartográficos”, nos quais debates eram iniciados a partir de questões mobilizadoras que eram apresentadas aos participantes. Todos os encontros cartográficos foram gravados em áudio e, em seguida, transcritos para compor os resultados deste artigo.

O mapeamento inicial das subjetividades negras, bem como o diário de bordo, foi utilizado para nos orientar na construção da Cartografia Escreviente, como um instrumento de produção de dados, utilizado para afetá-los à escrevivência, como forma de registro autoral (MELLO, 2016). O objetivo era utilizar o diário de bordo para registrar todos os Encontros Cartográficos, as respostas das questões mobilizadoras apresentadas, os atravessamentos gerados nos cartógrafos, situações cotidianas e reflexões que foram suscitadas a partir dos debates. Cada participante elaborou seu próprio diário por escrito, o qual, ao fim dos encontros cartográficos, foi enviado, e alguns trechos escritos foram extraídos e apresentados como fontes cartográficas nesta pesquisa.

As questões mobilizadoras, discussões e os questionamentos suscitados pelos participantes durante os Encontros Cartográficos guiaram a análise de dados. Segundo Letícia Barros e Maria Barros “o que move a análise em cartografia, portanto, são problemas. É a um problema que ela se volta e são também problemas o seu resultado” (BARROS, L.; BARROS, M. 2013, p. 375). Na pesquisa cartográfica, a análise é feita no decorrer da construção da escrita, juntamente com os participantes. Assim, utilizamos as gravações de vídeo dos encontros cartográficos, em que os áudios foram transcritos e os registros feitos nos diários de bordo pelos cartógrafos durante a análise dos dados. Todas as falas e interações entre os participantes foram analisadas. O segundo, terceiro e quarto tópicos dos resultados delineiam um recorte das escrevivências docentes, em que se buscou cartografar as produções docentes em torno de seus corpos-territórios negros.

Resultados

Nos tópicos a seguir abordaremos os mapeamentos iniciais das subjetividades negras (etapa inicial da pesquisa, anterior à etapa intervencionista), bem como as escrevivências em torno dos corpos-territórios



negros dos docentes que participaram desta cartografia (frutos dos debates desenvolvidos no primeiro Encontro Cartográfico).

1. Mapeando as subjetividades negras

Entendemos que o “ser negro” está relacionado à negritude. Nos referimos à negritude como um sentimento de positivação pelo pertencimento étnico-racial, em diálogo com Kabengele Munanga (2019), que nos diz que a palavra negritude foi uma resposta ao racismo, foi a ressignificação da categoria negro, criada pelo branco europeu. A negritude é a consequência e o resultado do racismo.

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro. A fidelidade repousa numa ligação com a terra-mãe, cuja herança deve, custe o que custar, demandar prioridade. A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum (MUNANGA, 2019, p. 65).

Ao conversar com os participantes da pesquisa sobre a autodeclaração, aqueles que se autodeclararam enquanto pretos ou negros, já demonstram que carregam consigo a negritude. Mas, diante daquelas pessoas que se autodeclararam como pardas, algumas demonstraram, através de seus depoimentos, o quão confuso a noção do “pardo” pode ser em nosso país. Ao perguntar “qual é a sua autodeclaração étnico-racial?”, alguns colegas responderam: “Pardo, não concordo com essa nomenclatura, mas está no IBGE”. Outro colega responde: “Sou negro, pardo”.

Em todas as situações, a noção do pardo aparece relacionada de alguma forma ao colorismo e à miscigenação como gerador da ideia de nação brasileira. Uma das colegas relatou:

Para mim pardo, são pessoas que tem uma mistura de descendentes principalmente negros e brancos, porém isso não é tão visível no fenótipo é algo que fica no meio termo em relação a cor da pele... Esses dias com a pesquisa do IBGE nas residências, ainda estou naquele processo negro ou pardo? Quem define o que sou? Eu, as pessoas, ou outras questões além da cor de pele? Porque meu avô é negro, nasci, fui criada e moro em comunidade autodeclarada negra (Mulher, parda, trecho de conversa via WhatsApp).



Também foi possível observar a existência de uma necessidade de enquadramento numa categoria social, que é dificultado, por exemplo, pela miscigenação.

Parece que não pertença a nenhum grupo de forma objetiva: a cor da minha pele não é escura o suficiente para ser encaixada como preta e muito menos branca (Mulher, parda, trecho de conversa via WhatsApp).

Eu sou filha de um pai negro, e venho de uma família com muitas pessoas de pele preta, apesar de não ter o tom de pele escuro como o deles eu carrego muitos outros traços que são característicos de algumas populações afrodescendentes como o nariz não afilado e a boca grande, que me dão muito orgulho, eu nunca me identifiquei como branca também... Além disso tem a questão de identidade, eu sempre me reconheci dentro da minha família que é negra, meu pai, meus irmãos e tudo mais, eu eu nasci em um bairro quilombola que é a Rua Nova, sempre ouvindo as histórias dos meus antepassados como minha tataravó veio fugida com os filhos de uma fazenda onde ela era escravizada e construiu a família aqui. Por todas essas coisas acho que existem vários critérios para se classificar ou se auto identificar como pardo, eu sinceramente não saberia dizer todos eles, para mim, são esses que fazem com que eu me identifique dessa forma (Mulher, parda, trecho de conversa via WhatsApp).

A partir dessa conversa sobre as subjetividades que cercam aquelas pessoas que se autodeclaram pardas, foi possível perceber que nem toda pessoa que se autodeclara como parda se identifica enquanto pessoa negra, que o não branco, no Brasil, não se reconhece necessariamente como negro. Ficou evidente que o discurso da miscigenação visando o embranquecimento deixou resquícios que se fazem presentes nos discursos que perpassam a autodeclaração e no sentimento de pertencimento étnico-racial.

Estas subjetividades são experiências que forjam os nossos corpos, e carregamos na memória, se traduzindo em nossas escritivências². Gomes (2002, p. 41) nos diz que o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. Para a autora, estamos diante de uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo em

² Escritivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (EVARISTO, 2020, p.30).



que o corpo é biológico (pele, músculos, fibras, tecidos, órgãos, ossos, etc.) o corpo é também simbólico (GOMES, 2002).

O corpo não pode ser visto apenas como biológico, pois apresenta a sua própria corporeidade. Ao tratarem em sua pesquisa dos assuntos relativos ao corpo, Santos, Silva e Campello (2018) analisam a corporeidade como sendo a ação do corpo a partir de suas experiências. A corporeidade é o que está para além do sujeito que se relaciona com seus pares (SANTOS; SILVA; CAMPELLO, 2018).

Segundo Miranda (2020, p. 32-33), as nossas corporeidades performatizam pelas mais variadas espacialidades e, como somos um território de passagem, não nos contemplamos com o acabado, estamos em devir, em construção, rasurados, em constantes trocas de peles. Para o autor, na cosmovisão afro-brasileira, o corpo é a peça principal de todas as articulações com os homens, animais, com toda a natureza (MIRANDA, 2014). É um corpo que carrega os símbolos, o imaginário, os mitos, os saberes, valores, enfim, toda relação com o real do seu grupo e, conseqüentemente, é um corpo-território (MIRANDA, 2014). Muniz Sodré, na obra “O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira”, define o corpo-território como:

Corpo-território: todo indivíduo perceber o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar-zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. O corpo serve-nos de bússola, meio de orientação com referência aos outros. Quanto mais livre sente-se um corpo, maior o alcance desse poder de orientar-se por si mesmo, por seus próprios padrões. Claro, se nos movimentamos, altera-se o sistema de movimentação: os objetos podem ocupar o lugar-zero, descentrando-se o sujeito individual da percepção (SODRÉ, 2002, p. 135).

O corpo-território refere-se a um corpo que está constantemente em movimento. Ao contextualizar a junção dos conceitos corpo e território para a categoria corpo-território, Miranda (2014) nos diz que:

A emergência na categoria território, como multiplicidade de territorialidades, demonstrou que a sua concepção por muito tempo esteve condicionada, apenas, a demarcação física e estática de um espaço. Entretanto, apresentamos uma visão que nos permitiu compreender o território por outra perspectiva, na qual o simbólico concebe as suas movimentações culturais (MIRANDA, 2014, p. 69).

Ao falar sobre as diferentes significações atribuídas historicamente ao



corpo negro, Nogueira (1998, p. 44) aponta que “... a rede de significações atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos”.

Embora exista o peso da história, da sociedade e da cultura no processo do tornar-se negro, devemos destacar a importância da subjetividade nesse processo (GOMES, 2002). A Cartografia Escreviente nos levou a questionar: o corpo-território negro historicamente vivencia diferentes experiências e tensões sociais, mas, afinal, como se dá a construção dessa autoidentificação a partir dos diferentes processos de subjetivação a que somos submetidos?

Partindo dos atravessamentos que foram suscitados a partir do mapeamento sobre a autodeclaração, buscamos mobilizar os participantes a pensarem em como pessoas negras se percebem diante de suas subjetividades. Para promover tal debate, apresentamos como questões mobilizadoras: O que é ser negro? Em qual momento ocorreu a autoidentificação do pertencimento étnico-racial? Esse pertencimento se reforçou durante a trajetória acadêmica? Você já vivenciou uma situação racista?

No primeiro encontro, reunimos sete participantes. Apresentamos a pesquisa aos colegas, a cartografia e as escrevivências enquanto método de pesquisa, orientando quanto à escrita do diário de bordo e à dinâmica dos Encontros Cartográficos. Os Encontros Cartográficos aconteciam da seguinte maneira: a primeira questão mobilizadora era apresentada e todos os participantes presentes no encontro eram convidados a respondê-la. A partir das questões, debates eram suscitados. Após encerrarmos a rodada de respostas, a próxima questão mobilizadora então era apresentada. Todas as perguntas do primeiro Encontro Cartográfico foram elaboradas a partir dos atravessamentos gerados durante o processo de mapeamento dos participantes da pesquisa e os debates serão apresentados a seguir.

2. “Foi colocado na cabeça do povo negro que o povo negro não presta.”

A partir do debate que realizamos e das escrevivências produzidas pelos participantes no diário de bordo, foi possível mapear como pessoas negras se reconhecem em situações cotidianas e se percebem diante de suas subjetividades. Reforçamos que, nesta cartografia, nos referimos à negra/negro como todas aquelas pessoas que se reconhecem como tal, sejam elas pretas ou pardas. Nos propomos nessa cartografia a evidenciar quanto à diversidade e às particularidades do estar-sendo negros, ao passo que podemos apresentar experiências em comum, o que torna a nossa vivência, em alguns momentos, uma vivência coletiva, pois as histórias de vida se cruzam. Diante do exposto, a primeira questão mobilizadora apresentada ao grupo foi: O que é ser negro?



Então, me vejo negra devido às características físicas dos meus ancestrais, de nossos ancestrais, então, a cor da pele, o tipo de cabelo [...] (Ana)³.

Eu acredito e me vejo como negra por conta das características físicas e do fenótipo, a família da minha mãe é toda de pessoas brancas e meu pai vem de uma família de negros que tem mistura. Tem irmãos que são do tom de pele negro, mas tem cabelos lisos [...] (Maria Flor).

Esses relatos trouxeram a noção fenotípica do ser negro, aquela associada aos traços fenotípicos que remetem uma ancestralidade africana. Ao referir-se aos nossos ancestrais, em seu relato, Ana faz referência aos africanos escravizados trazidos para o Brasil no período colonial. Na fala de Maria Flor, ela cita que a família do pai é uma “família de negros com mistura”, fazendo referência ao processo de miscigenação, que acontecia no período colonial e acontece hoje em muitas famílias brasileiras.

Ao retomar a discussão que se refere à miscigenação, evidenciamos que ela nem sempre foi concebida como é hoje: pessoas que advêm de diferentes “grupos” étnico-raciais e que decidem se relacionar, os chamados relacionamentos inter-raciais. A partir do século XIX, a população brasileira vivenciou o processo de busca pelo embranquecimento populacional. Esse movimento visava embranquecer a população brasileira que, após o processo escravocrata, tinha uma alta quantidade de pessoas negras. A miscigenação era vista como alternativa para solucionar problemas relacionados à “raça”, mas como uma via para que a população brasileira um dia viesse a ser branca.

Segundo Nascimento (2016), um dos recursos utilizados para o branqueamento ou embranquecimento da população, foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra originava os chamados produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, entre outras nomenclaturas que tentavam se distanciar da “figura” do negro/africano escravizado (NASCIMENTO, 2016). Essa prática foi vista como normal ao longo das gerações, porém, o autor destaca que: “a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca” (NASCIMENTO, 2016, p. 83-84).

Reforçamos que, hoje, a população afrodescendente ou afro-brasileira, em

³ Os participantes desta pesquisa foram convidados a escolher um nome fictício pelo qual gostariam de ser tratados ao longo da socialização da cartografia. Devido a isso, a partir desse momento, no texto, serão utilizados os nomes escolhidos pelos participantes para se referir às suas subjetividades e escrituras.



decorrência desse movimento que incentivava a miscigenação visando o embranquecimento populacional, apresenta uma gama de características. Embora a cor da pele seja a principal característica que remete à negritude, é inegável que a população negra brasileira se constitui principalmente de uma diversidade de cores, o chamado colorismo.

A parte mais difícil de ser parda, é ser filha de pais negros com a pele escura, às vezes já tive que explicar o motivo de ter a pele clara. A minha mãe já foi questionada se eu era mesmo filha dela ou do irmão dela, pois o irmão dela é pardo “então o certo seria que ele tivesse uma filha como eu, e não ela”, disseram. Às vezes é cansativo ser parda! Porque parece que não pertença a ‘raça’ nenhuma (Helena - trecho do Diário de Bordo).

O colorismo, por vezes, pode ser utilizado como justificativa para o questionamento de uma negritude, pois, em consequência de ideologias como o embranquecimento, a noção do corpo negro muitas vezes está “presa” a um estereótipo de que o negro é apenas aquele que reúne todas as seguintes características: pele escura ou retinta, nariz largo, cabelo crespo e lábios grossos. O trecho a seguir, do texto de Sueli Carneiro (2004), nos traz uma reflexão:

Branco não. São individualidades, são múltiplos, complexos e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenotípico em que é valorizada a diversidade da branquitude: morenos de cabelos castanhos ou pretos, loiros, ruivos, são diferentes matizes da branquitude que estão perfeitamente incluídos no interior da racialidade branca, mesmo quando apresentam alto grau de morenidade, como ocorre com alguns descendentes de espanhóis, italianos ou portugueses que, nem por isso, deixam de ser considerados ou de se sentirem brancos. A branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagações (CARNEIRO, 2004, p.1).

A presença de um tom de pele mais claro incita diversos debates, pessoas negras que apresentam um tom de pele clara podem “utilizar” desta característica para um possível distanciamento da negritude ou, em contrapartida, pessoas de pele clara, que são vistas socialmente como brancas por conta dos seus traços fenotípicos (e, conseqüentemente, gozam de privilégios), querem “disputar” a negritude, alegando ter uma ancestralidade negra. Tais aspectos são apontados na fala de Julia:

[...] Na nossa sociedade, as pessoas ainda têm medo de assumir que são realmente negros [...] vivemos numa sociedade ainda muito racista! Usa-se muitas denominações, como o pardo, tem gente branca que se assume como pardo na hora de ter privilégios, mas acho que não deveria ter essas



denominações, são só variações da etnia negra [...] tem algumas pessoas pardas que acham que estão mais próximas do branco por conta da tonalidade mais clara da pele, mas todos nós somos negros [...] independente de ser pardo ou ser preto, acho que essas denominações são bobagens, acho que essas denominações só servem para se referir ao negro, aquele que tem a tonalidade de pele mais escura (Júlia).

Por que será que tem pessoas que não querem ser negras? Medo... Aceitação. (Ana)

Essa pergunta que Ana fez é importante [...] Foi colocado na cabeça do povo negro que o povo negro não presta [...] quem é negro acaba assimilando isso, “eu não vou me declarar negro por que ser negro é ruim” [...] A gente tem que fazer um movimento de descolonização, de você se empoderar e falar eu sou negro, eu me identifico como negro porque eu tenho um tom de pele, tenho as características e eu passo as coisas que a população passa, e justamente esse processo de você se reconhecer que é difícil. Eu penso assim, às vezes não é a gente que se reconhece, às vezes a pessoa não se reconhece como negro, não assume, mas um racista vai falar: você é negro! (Júnior).

Podemos afirmar que a busca pelo embranquecimento populacional reflete hoje na vida de muitas pessoas negras, principalmente no que diz respeito ao pertencimento étnico-racial. Junior, em sua fala, evidencia que, embora uma pessoa negra de pele clara não tenha desenvolvido a sua autoidentificação étnico-racial negra, o branco sempre irá reconhecer o negro, o racista reconhece o negro, isso porque, no Brasil, são plurais os marcadores sociais de referência para as categorizações raciais. Segundo Silvio Almeida:

Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas (ALMEIDA, 2019, p.77).

A busca pela valorização das características étnicas negras e os processos de empoderamento têm mudado na última década a realidade da população brasileira, uma população que sempre buscou se distanciar de uma origem étnica negra, mas que atualmente é composta por pessoas que se autodeclaram em sua maioria como pretos e pardos.



A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete. Mas as coisas estão mudando (CARNEIRO, 2004, p. 2).

No Brasil, vivemos em uma realidade em que a cor da pele é o principal marcador do racismo, mas não podemos deixar de explicitar que a população negra em sua maioria enfrenta situações de desigualdades sociais semelhantes.

3. “A roupa mais importante vai ser sempre a cor da nossa pele!”

Socialmente, em que nos implica apresentar características que nos distanciam ou nos aproximam de um estereótipo de negro? Historicamente, como carregar traços étnicos dos nossos ancestrais reflete no nosso cotidiano? Barbara Carine Pinheiro nos apresenta a seguinte reflexão:

[...] você pode ser filho ou filha de um casamento inter-racial (seu pai é negro e sua mãe é branca ou vice-versa) ou ter avós negros; se a sua estética não leva você a receber um baculejo semanal da polícia, se ela não faz você ser seguido no shopping, se ela não faz você perder um emprego por "ausência de boa aparência", se ela não eleva à décima potência o seu risco de ser encarcerado ou morto, se ela não faz as pessoas durante a sua vida o reconhecerem como alguém menos bonito e inteligente: você não é uma pessoa lida como negra no Brasil (PINHEIRO, 2023, p. 41).

Nos deparamos cotidianamente com olhares sobre os corpos negros, olhares sobre sua estética e situações que nos fazem repensar a condição de negro na sociedade brasileira.

Eu e um amigo que é branco estávamos em um congresso em São Paulo. Eu estava caminhando com ele na Avenida Paulista, quando vi umas pulseiras no chão, o povo vendendo, parei para olhar e ele continuou na frente, então eu corri pra alcançar ele [...] uma senhora branca, tomou a frente dele e falou assim “o que é que está acontecendo?” [...] eu não sabia o que estava acontecendo realmente, depois que caí na real: ela achou que eu ia assaltar ele por estar correndo atrás dele [...] e eu estava



arrumado, tinha saído de um congresso, eu estava arrumado [...] Ser negro é viver isso, é ter essa questão social, não só as questões físicas, mas as questões também social de viver isso, sentir na pele, sentir, por exemplo, quando entrar no shopping uma pessoa te acompanhar, você entrar na loja você vê que o tratamento é totalmente diferente [...] pra mim, hoje, ser negro é perpassar por isso e tantas outras questões sociais também, como a questão de pertencer a um grupo [...] (Júnior).

Júnior, que é um homem que se autodeclara negro pardo, trouxe uma situação racista para compartilhar com o grupo o que, para ele, significava ser negro. Na sociedade brasileira ainda existe um estereótipo do corpo negro, que o rotula e o identifica, reforçando e distorcendo a posição dos mesmos na sociedade e marginalizando-os (MATTOS, 2006).

Os estereótipos são recursos utilizados há décadas pelas elites dominantes. Teorias foram utilizadas para assegurar a veracidade dos estereótipos, como por exemplo, a classificação hierárquica entre as raças branca e negra - sendo a primeira sempre concebida como superior e a segunda como inferior. O eugenismo, o darwinismo e o próprio capitalismo quando da necessidade de modernização das sociedades, afirmaram que o negro era preguiçoso, incivilizado, sujo e violento (MATTOS, 2006, p. 5).

No contexto do regime escravagista, a comparação do corpo negro, principalmente de traços como a cor da pele, boca, nariz e tipo de cabelo, com o corpo branco europeu e colonizador, serviu como argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que persegue os corpos negros até os dias atuais (GOMES, 2002).

A roupa mais importante vai ser sempre a cor da nossa pele. (Brian).

Em relação à roupa, de estar bem arrumado, acho que isso no olhar do racista é a última coisa que importa [...] Eu acho que a primeira coisa em corpos dissidentes nunca vai ser necessariamente a roupa, vai ser a cor da pele, vai ser o cabelo [...] Vai ser coisas assim que o vão associar à nossa raça, vão associar à nossa sexualidade e também à nossa classe social [...] Eu também já passei por uma situação de eu estar bem vestido e uma mulher literalmente correr com a chave do carro na mão, eu voltando do meu trabalho, e ela entrar dentro do carro e ficar trancada me olhando [...] Você percebe quando está se referindo a você. Então, eu acho isso muito marcante. Pra o olhar do racista, imagino que não importa a beleza da nossa roupa, do cabelo, no olhar do racista nunca vai ser suficiente, pode ser aceitável, mas não suficiente [...] ser negro eu acho que é justamente estar nesse local de inconstância, enquanto a gente sente o pertencimento



entre os nossos, a gente sempre sente a inconstância nos lugares que a gente acessa, ainda mais a gente que está presente em um ambiente acadêmico [...] Então eu acho que ser negro é justamente isso, é estar nesse local de inconstância, enquanto a gente sente o pertencimento entre os nossos, a gente se sente não pertencente a hegemonia. (Brian).

O corpo negro é um corpo que traz marcas sociais e históricas, é um corpo subalternizado. Em nosso debate, ao falar de corpo negro, tornou-se inevitável falar sobre o racismo que aparecia em diversos momentos nos relatos dos participantes. Maria Flor, que estava presente no encontro, trouxe uma reflexão em suas escrevivências no diário de bordo sobre o que aquele debate despertou nela:

O interessante do primeiro questionamento lançado, foi que todos os participantes para conseguir desenvolver sua linha de raciocínio, responde ao questionamento: “O que é ser negro”, contando alguma experiência de racismo já vivenciada. Observa-se, que as características que compõem a pessoa negra, vêm antes revestida pelo ato do racismo. Em nenhum momento comentou-se sobre o nosso tom da pele, da nossa cultura, da forma de andar, da maneira de usar o cabelo, da culinária, das vestimentas ou quaisquer outras características que nos traz representatividade. O que parece é que ser negro, sempre virá antes de tudo, acompanhado com traumas e medos. (Maria Flor – trecho do Diário de Bordo).

Maria Flor traz em sua reflexão a frase marcante “...parece que ser negro, sempre virá acompanhado de traumas e medos”. O medo e os traumas são reflexos de carregarmos um corpo que sofre com o preconceito, a discriminação e o racismo. Segundo Silvio Almeida (2019), assim como o racismo, o preconceito e a discriminação também aparecem associados à ideia de raça. O referido autor nos apresenta a discriminação racial como sendo a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2019, p. 32). Em relação ao racismo, ele nos diz que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 32).

A posição social que ocupa uma pessoa negra, bem como a forma como ela se apresenta à sociedade, não a isenta de vivenciar situações racistas. Gomes (2002, p. 49) apresenta o racismo como um código ideológico que toma atributos



biológicos como valores e significados sociais, e impõe ao negro uma série de conotações negativas que o afetam social e subjetivamente.

Ser negra, hoje que eu entendo o que é e o peso disso, acho que a palavra mais lógica é resistência, ser negro para mim é ser resistente. No sentido de que todo dia é um desafio, não só com a gente, mas de ver outras pessoas passando por situações que a gente se sente impotente e que a gente sabe que não vai ser a última vez [...] Depois que você entende o racismo, depois que você entende como o racismo se estrutura no Brasil, não tem como você não ver racismo em quase tudo. Até nos carros que andam e quando você olha quem está dirigindo, o restaurante que você entra. Hoje eu percebo muito fortemente isso aqui [...] muitos espaços que eu entro só tem gente branca, as vezes só sou eu, às vezes só a minha mesa tem gente preta. Então acho por isso, falo que a palavra mais forte, mais lógica, para ser negra, ser preta, é que resistência em um resumo é sobreviver e quando ninguém quer que você sobreviva. (Isis).

Nesse relato também percebemos que Isis associa a condição do ser negro à palavra resistência. Gomes (2002) nos traz uma reflexão a respeito da resistência de nossos ancestrais, que, mesmo diante da situação em que a liberdade estava condicionada à carta de alforria, os africanos escravizados desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade. A autora destaca que, naquele contexto, a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas deixadas pelos açoites foram maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo (GOMES, 2002).

Ser negro para mim é uma questão de pertencimento que vai além dos traços que carregamos, esse além remete-se a como nos enxergamos, como valorizamos a arte, a cultura, as produções negras e como cuidamos de nós mesmos dentro de uma sociedade em que o racismo é escancarado. (Pedro – trecho de Diário de Bordo).

Pedro trouxe em sua escrivência algumas das características que Maria Flor apontou que sentiu falta em nosso debate. Gomes (2002) afirma que o contexto social, histórico e político irá influenciar na maneira particular do sujeito relacionar-se com o corpo, com a subjetividade e com a cultura. Para a autora, esse contexto (social, histórico e político), juntamente com a experiência individual que irá compor a identidade negra, a qual homens e mulheres negras constroem de formas variadas, é o que os une em pertencimento racial, oriundo de uma mesma ancestralidade africana.



4. “Cresci sendo chamada de morena e de amarela, nunca ninguém me chamou de negra!”

A negritude perpassa por tudo o que tange à raça negra, é a consciência de pertencer a ela (MUNANGA, 2019). Kabengele Munanga (2019), inspirando-se em Aimé Césaire (2010), reforça que um dos elementos que entram na definição de negritude é a solidariedade, o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los, a preservar uma identidade.

A segunda questão mobilizadora lançada em nosso encontro foi: Em qual momento ocorreu a autoidentificação do pertencimento étnico-racial? Esse pertencimento se reforçou durante a trajetória acadêmica? Com essa questão mobilizadora, nossa intenção era mapear quais movimentos o corpo-território negro realiza a partir das tensões sociais e como ele se constitui a partir das suas subjetividades.

Para iniciar a segunda rodada de debates, foi socializado com o grupo o afeto inicial que mobilizou essa pesquisa, a experiência com o seminário sobre o racismo científico durante as vivências do estágio supervisionado. Foi relatado como aquele tema tencionou um corpo negro, como ouvir a história de Sarah Baartman sensibilizou e gerou a potência de aprofundar os estudos das relações étnico-raciais no campo da Educação.

Também na universidade, no meu tempo de ensino básico não tinha muito essas discussões [...] tava na época que o líder da sala era branco. Mas identidade mesmo foi na universidade, porque os diálogos na universidade são bastante fortes e bons [...] as disciplinas da licenciatura são as que mais debatem sobre empoderamento negro. E já também me aborreci muito na universidade por precisar defender colegas negros como eu, só que com a tonalidade de pele mais escura [...] na minha turma mesmo havia as diferenças de tratamento, aí com muita discussão, muito aborrecimento e dentro das disciplinas foi que a gente foi aprendendo a como lidar com isso [...] (Júlia).

Durante a graduação, quando discursos relacionados à temática étnico-racial são apresentados, podem despertar gatilhos em pessoas negras. O relato de Julia aponta a importância da universidade e destaca o papel das disciplinas da área de Educação para nutrir esse sentimento de pertença e para o processo de empoderamento negro. Em contraponto, Julia compara com o período em que era estudante da educação básica. Em nossas trajetórias no período escolar, a abordagem a respeito da história e da cultura negra foi superficial, muitas vezes o tema era apresentado no contexto do processo colonizador e escravagista. A



esse respeito, Nilma Lino Gomes (2021) nos alerta para a necessidade de descolonizar as mentes, o que requer um processo de produção de práticas pedagógicas epistemológicas de combate ao racismo e desigualdade social e, por consequência, um processo de descolonização dos currículos, seja na educação básica, seja no ensino superior, visibilizando os negros e negras como sujeitos históricos e denunciando os apagamentos históricos e epistemológicos pelo racismo, o princípio organizador da sociedade colonial.

[...] eu venho de uma família que tem a parte do meu pai, são pessoas brancas, e a parte da minha mãe, são negros, alguns também têm a mistura com indígenas [...] e aí eu sempre convivi nessa diversidade e nunca teve no meu grupo familiar uma discussão a respeito disso [...] eu sempre morei em periferia [...] mas não se discutia sobre racismo naquela época [...] eu sabia da minha classe social, que eu era da classe dos pobres, mas não sabia a questão do ser negro [...] eu concorri, por exemplo, às cotas para alunos de escola pública, nem foi para negros, quando eu entrei na [universidade] eu comecei a ver as aulas, as disciplinas e aí começou as discussões sobre o racismo e aí eu vim descobrir que eu era negro, então, a universidade ela ajuda a abrir os pensamentos [...] A gente começou a discutir sobre os temas, agradeço muito, por exemplo, a C que leva esses temas pra gente discutir, porque eu não vi isso em outras disciplinas, ela traz a discussão forte sobre o racismo científico, que é uma coisa trágica na história da ciência. (Júnior).

A miscigenação visando o embranquecimento populacional foi um dos movimentos que deixou no imaginário brasileiro a noção de que o mestiço se distanciava do negro, de que o mestiço não era negro. Com isso, muitas pessoas tiveram seu sentimento de pertença racial prejudicado. Nesse relato, Junior nos fala sobre a ausência da discussão racial no ambiente familiar e destaca a importância da universidade nesse processo de reconhecimento do pertencimento étnico-racial.

Claro que tenho uma pele clara, por isso eu tenho tal passabilidade [...] em alguns lugares, eu passo como uma pessoa branca, mas em outros lugares eu sou visto como uma pessoa negra [...] eu vejo vários casos de pessoas com pele clara como a minha e que foram reprovadas no teste de heteroidentificação [...] Bateu novamente aquela questão de você voltar ao que estava definido “será que sou tão negro assim?” [...] Eu acho que quem tem o tom de pele retinto tem uma maior definição, que é negro, mas pessoas que variam, tem o colorismo, tem um embaraço, você não é tão branco para ser branco, nem tão escuro para ser preto [...] mas eu sei dentro de mim, na minha consciência, que eu sou negro. (Júnior).



Júnior se refere a uma dita “passabilidade”. Em “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil”, Kabengele Munanga apresenta as diferenças históricas entre os mestiços no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA). Historicamente, ou se é negro ou se é branco nos EUA, em decorrência de uma negritude que é definida por questões genéticas, a regra da hipodescendência ou a chamada “gota de sangue”, em que as pessoas que são frutos de relacionamentos inter-raciais são classificadas como negras (MUNANGA, 2008). No Brasil, para além da cor, o status socioeconômico leva progressivamente ao branqueamento:

No Brasil, a percepção da cor e de outros traços negróides é "gestáltica", dependendo, em grande parte, da tomada de consciência dos mesmos pelo observador, do contexto de elementos não-raciais (sociais, culturais, psicológicos, econômicos) e que estejam associados - maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida -, tudo isso obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí decorrente (MUNANGA, 2008, p. 83).

Sobre ser negra de pele clara, Isis também fala que isso influenciou no que ela chama de “demora” na autoidentificação racial.

Demorei pra caramba, eu cresci sendo chamada de morena e de amarela, nunca ninguém me chamou de negra quando eu era mais nova e acho que isso aconteceu na minha adolescência. Quando eu cheguei na adolescência, com 16, 17 anos, eu comecei a sentir que a forma como as pessoas me tratavam mais em espaços, tipo mercado, loja de bijuteria, loja de maquiagem, era diferente da forma como as pessoas tratavam outras pessoas que eram brancas. Acho que foi quando comecei a prestar atenção nessa diferença de tratamento de mim para com outras pessoas que eu comecei a perceber que eu não era branca, nem morena, nem amarela. E eu comecei a perceber também que existia uma diferença no tratamento comigo e com minha irmã que é mais escura que eu. Eu acho que foi mais ou menos aí que eu me identifiquei como negra e percebi que ser negra de pele clara é diferente de ser negra e pele escura. (Isis).

Ao se referir à adolescência, Mattos (2006) afirma que, nessa etapa da vida, o indivíduo anseia pela interpretação da corporeidade. Para a autora, é nesse período que o sujeito começa a conceber o corpo como território próprio, que preenche espaço e se movimenta, mas este corpo está sujeito à injunções e influências sociais (MATTOS, 2006). Gomes (2002) nos diz que, para o adolescente negro, a insatisfação com a imagem, com o padrão estético, com a textura do cabelo são experiências acrescidas do aspecto racial, o qual tem na



cor da pele e no cabelo os seus principais representantes.

No contexto da minha adolescência e infância, o embranquecimento era algo muito forte, não só eu, mas todas as crianças eram forçadas a serem embranquecidas, o cabelo era alisado obrigatoriamente, a roupa era aquela que deixava você com a pele mais clara [...] era um contexto diferente, você ligava a televisão, só tinha gente branca. A gente se reconhecer como negro era difícil, porque a gente não conseguia mesmo aceitar e se visualizar naquela posição, porque as pessoas colocavam aquela posição como algo tão ruim, eu não queria estar ali, não queria ser aquilo. Depois que você vai crescendo e vendo algumas coisas. Eu não vou mentir, eu ainda acho que é difícil. Eu tenho medo quando tiver meus filhos, deles na rua [...] eu fico muito feliz na escola quando eu vejo minhas alunas negras, elas serem escolhidas as mais bonitas da turma, sabe? Eu acho que está mudando alguma coisa na estrutura, porque na minha infância era coisa impossível. (Isis).

Embora afirme que o contexto atual é diferente do contexto de sua infância e adolescência, em que o embranquecimento era algo predominante, Isis afirma que ser negra ainda é difícil e isso a causa medo quando ela pensa em ter filhos. Diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano, esse tipo de relato é comum entre mulheres negras.

Eu vou na mesma linha de vocês em relação à importância da [universidade] nessa minha descoberta, só que essa descoberta, ela me fez revisitar o Brian do passado, como se eu olhasse e pegasse um álbum de fotos e ali eu comesse a me enxergar criança, negro, com meu pai negro, com minha mãe branca [...] eu revisei aquele Brian que o pai sempre cortava o cabelo na máquina um, na máquina dois, para o cabelo não crescer. Aquele Brian que foi no fundamental considerado um dos mais feios da turma [...] Ao mesmo tempo que a [universidade] me fez ter essa noção social de quem eu sou, nesse momento que eu percebi, eu revisei [...] Também revisei situações que eu passei quando criança, por exemplo, estar andando sozinho pelo meu bairro, ter acontecido um assalto e a mulher falar que fui eu, e se não fosse o dono do mercado que conhecia eu e minha família não sei onde estaria [...] Quando cai a ficha de situações que hoje a gente enxergaria como racismo, que hoje a gente revidaria [...] Às vezes, essa dor, esse preterimento, por mais que a gente tente se empoderar, às vezes, vem o choque [...] eu comecei a deixar o cabelo crescer quando entrei na [universidade] eu não sabia como era meu cabelo até eu entrar na [universidade] [...] hoje meu cabelo é o meu xodó, é minha autoestima [...] Quando Junior fala em relação à importância da universidade, [...] é porque hoje eu consigo levar pro meu estudante, para minha estudante negra, não deixá-los sofrer as mesmas coisas que



eu passei, eu não vou fechar meus olhos, eu não vou dizer que não tive formação para isso, que e se eu tive, eu tinha formação, eu tive, além de tudo, esse embasamento teórico científico e esse engajamento para tentar transformar alguma coisa, então, eu acho que vou por esse caminho. (Brian).

Falar sobre o corpo negro é em algum momento entrar na pauta do cabelo crespo, pois o cabelo crespo é uma das principais características do corpo negro. Segundo Gomes (2002), a cor da pele e o cabelo são dois elementos construídos culturalmente na sociedade brasileira como definidores do pertencimento étnico-racial dos sujeitos. O ato de cortar o cabelo crespo muitas vezes é visto como um ato de dominação. Em contrapartida, o ato de deixar o cabelo crespo solto é visto como um ato de liberdade. O cabelo foi uma das principais marcas de negação da pessoa negra, entretanto, depois da tomada de consciência, passou a ser símbolo de militância, instrumento político.

No meu caso, acho que foi no ensino médio [...], no ensino fundamental não tinha essa visão, mas no ensino médio, conversando com alguns professores, alguns alunos, tive aula de filosofia, através da leitura eu percebi que eu pertencço a esse grupo [...] Porém, algumas coisas que eu sentia vontade de fazer, eu só tive coragem de fazer quando eu adentrei na universidade, porque no colégio, no ensino médio, ocorria muito preconceito, quando se falava principalmente do cabelo [...] eu não tinha coragem de assumir meu cabelo, as pessoas falavam que o cabelo cacheado era feio, o cabelo black? Horrível [...] E eu achava lindo, eu sempre achei lindo e sempre queria usar desde quando era pequena, mas como não era algo que eu controlava, não pude! Eu queria, eu sentia vontade, mas não tinha coragem, com medo. Quando cheguei na universidade, eu tive coragem de cortar o meu cabelo, eu queria saber como era meu cabelo porque tinha tanto tempo que alisava que não sabia. Então, foi na universidade que eu me identifiquei ainda mais como negra, que eu tive coragem de assumir o meu cabelo, de discutir sobre isso. (Ana).

Cortar o cabelo, alisá-lo, raspá-lo, mudá-lo, pode significar não só uma mudança de estado dentro de um grupo, mas também a maneira como as pessoas se veem e são vistas pelo outro, pois o cabelo é um veículo capaz de transmitir diferentes mensagens, a partir dele podemos realizar as mais diferentes leituras e interpretações. Para muitos, o cabelo é a moldura do rosto e um dos primeiros sinais a serem observados no corpo humano (GOMES, 2002, 2021).



Na minha infância era assim, não tinha essa de cabelo crespo, era duro mesmo. hoje, vejo minhas fotos e penso: “meu cabelo era bonito”. cabelo longo, volumoso e cheio de cachos. Mas não era liso, e sonhava em ir a escola de cabelo solto, e minha não deixava, pois embaraçava. Além disso, o volume, que hoje é apreciado, naquela época era chamado de cabelo ‘inchado’. Lembro-me de ficar ansiosa para completar os sete anos (em 2003) para poder alisar o cabelo. Tinha um produto que era permitido usar em crianças a partir dessa idade, e minha mãe comprou para usar em meu cabelo, para o cabelo não ficar inchado. Até então, não havia estímulo social para valorizar o cabelo natural, conhecia-se apenas alisantes, ferro, nem escova e chapinha eram comuns ainda (pelo menos aqui onde moro). (Helena – trecho de Diário de Bordo).

A ridicularização da estética negra direcionou por muito tempo ao caminho da não aceitação das características étnicas, principalmente no que se refere ao cabelo crespo. De acordo com Grada Kilomba (2019), o cabelo afro, crespo, se estabeleceu como uma das características fenotípicas mais marcantes da negritude. Deste modo, ficou estabelecido pela branquitude como uma marca associada à vergonha, ao feio, ao sujo e ao diferente. Por outro lado,

[o] cabelo volumoso, indisciplinado, pode evidenciar uma provocação para outro jeito de ser no mundo ou, quem sabe, para uma concepção plural das possibilidades de estar no mundo. De qualquer forma, reflete um perfil menos responsivo a um estereótipo de “boa aparência”, eurocêntrico e engessado. Enfim, sempre bom lembrar o quanto o cabelo da mulher negra é emblemático de um incômodo que não tem a ver tanto com o cabelo, mas sim com o que representa a presença negra nos espaços que a branquitude considera exclusivamente seus (BENTO, 2022, p. 58).

Durante o período escravagista, o cabelo se tornou uma poderosa marca de servidão, pois, uma vez escravizados, o cabelo de africanas e africanos se tornou símbolo de primitividade, desordem, inferioridade e do não-civilizado (KILOMBA, 2019). O cabelo africano foi, então, classificado como “cabelo ruim”, assim, negras e negros foram pressionados a alisar o cabelo com produtos químicos, desenvolvidos por indústrias europeias (KILOMBA, 2019). Essas eram formas de controle, apagamento dos chamados sinais da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política de negros e negras da diáspora: Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black”, e penteados que transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial constituem um protesto contra a opressão racial (KILOMBA, 2019).



Considerações Finais

A partir das questões mobilizadoras que foram apresentadas no primeiro encontro com os docentes de biologia, em suas subjetividades negras, foi possível socializar experiências que vivenciamos em diferentes fases da nossa vida e que contribuíram (ou não) para o sentimento de pertencimento étnico-racial. Parece ser inevitável, quando falamos sobre ser negro, falar sobre o racismo. Nesse primeiro encontro, vários relatos de situações que tencionam o corpo negro foram socializados, e o racismo apareceu como um marcador da negritude nestas escrevivências sobre corpos negros.

Ao escolher dialogar com colegas de profissão, encontramos e nos (re)encontramos com diversas dores. Dores muitas vezes ocultas, invisibilizadas, subterrâneas, mas que, no traçar da cartografia, eram necessárias de se enfrentar. A partir deste encontro cartográfico foi possível cartografar as escrevivências do corpo-território negro de docentes de Biologia, refletir sobre o colorismo, a identidade racial e sobre diversos processos que interferem no reconhecimento racial e refletem no racismo que nos atravessa cotidianamente.

Nesse mapeamento dos corpos-territórios, nos deparamos com o racismo e suas diversas faces, o racismo nos atravessa. Ser negro no Brasil é carregar marcas fenotípicas e perpassar por situações racistas, e o principal marcador do racismo é a cor da pele e o cabelo crespo. Ao mapear juntamente com os cartógrafos essas histórias de vida, essas escrevivências, também foi possível compartilhar como interpretamos e enfrentamos as diversas faces do racismo.

A cartografia e a escrevivência, enquanto aparatos metodológicos, nos permitiram alcançar o objetivo aqui proposto, bem como nos possibilitou abranger a discussão não nos restringindo a percursos e esquemas pré-estabelecidos. Assim como no rizoma, nesta Cartografia Escreviente, fomos criando percursos e estávamos sendo (re)direcionados a outros caminhos, a todo momento. Em diversos momentos, foi necessário expandir a discussão: no mapeamento dos participantes da pesquisa, tornou-se essencial ter um olhar mais atento à autodeclaração; ao mapear as escrevivências do corpo-território negro, foi e ainda é indispensável aprofundar o debate a respeito do racismo e suas diversas faces.

Nesse percurso, percebemos amadurecer o nosso olhar como pesquisadoras, ultrapassando os limites corporais socialmente impostos e demarcados em nossos corpos-territórios: uma mulher negra, primeira autora desse trabalho, afetando uma mulher branca, segunda autora, que se desafiam a buscar novos devires em seus corpos-territórios. Afinal, a dor do racismo é uma



dor que invadiu nossos corpos, nos tensionou, e deve ser enfrentada como uma dor coletiva, social. Portanto, os processos históricos de subalternização e colonização de subjetividades devem ser compreendidos como afetações e atravessamentos que irrompem todos os corpos e mentes, em seus processos de letramento racial.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BARBARA, Ana Carolina Ferreira; SILVÉRIO, Florença Freitas; MOTOKANE, Marcelo Tadeu. Relações étnico-raciais nos Projetos Político-Pedagógicos de Licenciaturas em Biologia de São Paulo. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-22, 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v17/1809-4309-praxeduc-17-e19395.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth. Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Hs8c7HWZpMkjNX6Z75LkYHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAMISOLÃO, Rita de Cássia. **Cartografia do acolhimento**: escritórias do estudante negro na UFRGS. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/210231>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. Portal Geledés, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. In: FAZENDO GÊNERO, 8. 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008, p. 1-7. Disponível em: https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-do-outro-contruc3a7c3b5es-raciais-e-imagens-de-controle-do-corpo-feminino-negro-o-caso-da-venus-hotentote-janaina_damasceno.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.



DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). **Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GASTALDO, Denise. Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos. In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marluce. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 9-13.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofía Aurora**, v. 33, n. 59, p. 436-450, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/673373992012.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.

MATTOS, Ivanilde Guedes de. Educação física e o corpo negro. **Espaço Plural**, v. 7, n. 14, p. 4-7, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944357001.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MELLO, Maristela Barenco de. O diário de bordo: criando uma linha de fuga sobre uma linha de montagem. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 25, p. 192-209, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4798/4372>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MEYER, Dagmar; PARAISO, Marluce (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

MIRANDA, Eduardo. **O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral: os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Male**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Desenho Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana,



2014. Disponível em: [http://200.128.81.65:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%
c3%a7%c3%a3o%20de%20Eduardo%20O%20Miranda.pdf](http://200.128.81.65:8080/bitstream/tede/97/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Eduardo%20O%20Miranda.pdf). Acesso em: 25 jun. 2024.

MIRANDA, Eduardo. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

MOURA, Fabiana Correia; VERRANGIA, Douglas. “Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem é”: entrevista com o professor Douglas Verrangia Corrêa da Silva sobre educação para as relações étnico-raciais, ensino de ciências e a lei 10.639/2003.

ODEERE, v. 9, n. 1, p. 163-177, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9894468.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. 1998. 142 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA JR., Waldemar Borges de. Interlocuções da literatura sobre ensino de ciências e a temática das relações étnico-raciais. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 2, n. 7, p. 4-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/34645/23191>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PAIVA, Ayane et al. Baartman, Lacks e o corpo da mulher negra como paradigma de alteridade na história da biologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: SBHC, 2016, p. 1-17. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473966260_ARQUIVO_Artigo_Sarah_Lacks_versao_submissao_final.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PINHEIRO, Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta



do Brasil, 2023. 160 p.

ROSA, Grasiela Oliveira Neto da. **História que a história não conta**: Art. 26-a LDBEN no caminho do trem! 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232600>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, Jéferson Evangelista dos; PRUDÊNCIO, Christiana Andréa Vianna. A abordagem das relações étnico-raciais no ensino de ciências: uma revisão sistemática da literatura em artigos científicos. **RBECEM**, v. 6, n. 2, p. 63-94, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/13884/11411779>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SANTOS, Marta Lizane Bottini dos; SILVA, Ursula Rosa da; CAMPELLO, Ronaldo Luís Goulart. Notas: uma cartografia; suspeitas e possibilidades acerca do corpo. **RELACULT - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 04, ed. especial, 2018. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/852/452>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SEPULVEDA, Cláudia; FADIGAS, Mateus Dumont; SÁNCHEZ-ARTEAGA, Juan Manuel. Educação das relações étnico-raciais a partir da história do racismo científico: princípios de planejamento e materiais curriculares. **REnBio-Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 15, nesp. 2, p. 808-830, 2022. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/743/292>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SILVA, Joaklebio Alves da; ARAÚJO, Monica Lopes Folena. Descolonizando a formação docente: proposta de estudo das relações étnico-raciais em um contexto de formação inicial de professores/as de biologia. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, p. 1-30, 2023. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10920/47968465>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 2002.

UEFS. **Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**: Projeto Político de Curso. Feira de Santana: UEFS, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-7dUb7GzVkDqda26uYjs0NKH-TV44NjH/view>. Acesso em: 23. fev. 2025.

Recebido em: 04/ 07/ 2024

Aceito em: 09/03/2025